

HABEAS CORPUS Nº 504.086 - RJ (2019/0104491-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ITAMAR MEIRELES DE OLIVEIRA (PRESO)
PACIENTE : ALEX SANDRO DINIZ DIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ITAMAR MEIRELES DE OLIVEIRA e ALEX SANDRO DINIZ DIAS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que deu provimento ao recurso em sentido estrito ministerial para decretar a prisão dos pacientes, por acórdão assim ementado (fl. 21):

RSE - Contra a decisão que indeferiu pedido de decretação de prisão preventiva. Itamar: art. 157, § 2º, I e II, do CP e Alex Sandro: art. 157, § 2º, I e II, c/c art. 29, todos do CP. COM RAZÃO O MP: Narra a denúncia que os recorridos subtraíram, mediante emprego de arma de fogo, 920 frascos de cerveja Antártica, 72 litros de guaraná Antártica, 504 garrafas de cerveja 600ml da Antártica e Brahma, 24 cervejas Malzevier Brahma, 24 Sodas e 24 guaranás, perfazendo total aproximado de R\$ 17.298,62, pertencentes a empresa Vitoria Log/AMBEV. Lamentavelmente existe grande lapso temporal entre a decisão que concedeu liberdade provisória aos recorridos e a vinda destes autos a esta Relatora (quase três anos), estando ambos os recorridos há muito desfrutando de imerecida liberdade. Conduta perpetrada não condiz com o indeferimento da decretação da prisão preventiva. Trata-se de conduta ousada, eis que, em plena luz do dia, em via expressa, abordaram funcionários da AMBEV que conduziam o caminhão no local, ordenando que seguissem até certa comunidade para descarregar toda a mercadoria do veículo. Nítido que ambos estão colocando em alto risco a ordem pública. Em consulta a FAC, temos que Alex Sandro ostenta nada menos do que outras 04 anotações, sendo duas delas também pelo delito de roubo, já havendo inclusive trânsito em julgado, e outras duas ainda sem resultado. Itamar possui outra anotação, também pelo delito de roubo, sem resultado. Registre-se que Itamar não foi encontrado para ser citado, situação que se repete no outro processo. Agentes altamente perigosos e que tem o crime como meio de vida. Inegável, pelo perfil de periculosidade, o risco que a liberdade de ambos representa à sociedade, pela nítida repetição de atos ilícitos. Há indícios de autoria e materialidade, restando plenamente demonstrado o *fumus commissi delicti*, bem como o *periculum libertatis*, este consubstanciado na conveniência da instrução criminal, na garantia da ordem pública e na garantia da aplicação da lei penal. A prisão dos recorridos se justifica para que posteriormente possa haver a confirmação do reconhecimento em juízo, servindo também para impedir que continuem em

franca escalada delinquencial, gerando insegurança para a sociedade. PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL para decretar a prisão preventiva de ITAMAR MEIRELES DE OLIVEIRA E ALEX SANDRO DINIZ DIAS. EXPEÇAM-SE OS MANDADOS DE PRISÃO.

O paciente Itamar responde pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do CP, e Alex pela prática do delito do art. 157, § 2º, I e II, c/c o 29, ambos do CP.

A impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de que o provimento do recurso em sentido estrito ocorreu em 12/3/2019, aproximadamente 3 anos depois do indeferimento do pedido de prisão preventiva no dia 26/1/2017, não mais subsistindo razão para a constrição.

A liminar foi indeferida.

As informações solicitadas constam dos autos.

O Ministério Público manifestou-se pela concessão da ordem em favor de Alex, e pela denegação quanto a Itamar.

Na origem, com relação ao paciente Alex, a ação penal n. 0299388-25.2016.8.19.0001 está em fase de instrução com audiência designada para 30/7/2019, conforme informações processuais eletrônicas obtidas em 4/6/2019. No tocante aos autos desmembrados relativos ao paciente Itamar, proferiu-se sentença extinguindo a punibilidade, em razão de seu óbito, fls. 88, 91 e 97-98.

É o relatório.

DECIDO.

Tendo em vista as informações de fls. 88, 91 e 97-98, verifica-se que o *habeas corpus* está prejudicado quanto ao paciente Itamar.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A acórdão que deu provimento ao Recurso em Sentido Estrito e decretou a prisão preventiva do paciente ALEX SANDRO tem a seguinte fundamentação (fls. 24/26):

[...]. Trata-se de denúncia que imputa ao recorrido Itamar a prática do crime descrito no artigo 157, § 2º, I e II do CP e ao recorrido Alex Sandro a prática do crime descrito no art. 157, § 2º, I e II, c/c art. 29, todos do CP.

Narra a denúncia que no dia 01 de setembro de 2016 os ora recorridos subtraíram, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, 920 frascos de cerveja Antártica, 72 litros de guaraná Antártica, 504 garrafas de cerveja 600ml da Antártica e Brahma, 24 cervejas Malzebier Brahma (de

355ml), 24 Sodas de 237ml e 24 guaranás de 237ml, perfazendo total aproximado de R\$ 17.298,62 (dezesete mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), pertencentes a empresa Vitoria Log/AMBEV.

Segunda consta da denúncia, o recorrido Itamar conduzia uma motocicleta Honda Fan acompanhada de seu comparsa ainda não identificado, quando abordaram os funcionários da empresa AMBEV que conduziam um caminhão pelo local. Na oportunidade, o comparsa, que estava na garupa, mediante o emprego de arma de fogo, ordenou que os funcionários o seguissem até o valão de uma comunidade.

Chegando ao local, o recorrido Alex Sandro estava aguardando a mercadoria, ocasião em que descarregou todo o material junto com os funcionários da empresa.

A denúncia foi oferecida em 19 de setembro de 2016. Em 26 de janeiro de 2016, o Magistrado indeferiu o pedido de decretação da prisão preventiva.

O Ministério Público interpôs Recurso em Sentido Estrito em 03 de fevereiro de 2017, tendo as contrarrazões da Defesa sido apresentadas apenas em 31 de outubro de 2018 e, somente tendo vindo a este 2º grau em 18 de dezembro de 2018, decorrendo-se longo tempo desde a data em que proferida a decisão vergastada.

Lamentavelmente existe grande lapso temporal entre a decisão que concedeu liberdade provisória aos recorridos e a vinda destes autos a esta Relatora (quase três anos), estando ambos os recorridos há muito desfrutando de imerecida liberdade.

Para a decretação da medida cautelar deve revelar-se no caso concreto uma das quatro finalidades expressas pela lei: garantia da ordem pública; da ordem econômica; a conveniência da instrução criminal ou a certeza da aplicação da lei penal.

Consigne-se que a conduta perpetrada pelos recorridos, não condiz com o indeferimento da decretação da prisão preventiva. Trata-se de conduta ousada, eis que os recorridos, em plena luz do dia, em via expressa, abordaram os funcionários da empresa AMBEV que conduziam o caminhão no local, ordenando que seguissem até certa comunidade para descarregar toda a mercadoria do veículo. Nítido que ambos estão colocando em alto risco a ordem pública.

Em consulta ao Sistema Estadual de Identificação, temos que o recorrido Alex Sandro ostenta nada menos do que outras 04 (quatro) anotações, sendo duas delas também pelo delito de roubo, já havendo inclusive trânsito em julgado, e outras duas ainda sem resultado.

Já o recorrido Itamar ostenta em sua FAC outra anotação, também pelo delito de roubo, sem resultado. Registre-se que Itamar não foi encontrado para ser citado, situação que se repete no outro processo.

Estamos diante de agentes altamente perigosos e que tem o crime como meio de vida. Inegável, pelo perfil de periculosidade dos recorridos, o risco que a liberdade de ambos representa à sociedade, pela nítida repetição de atos ilícitos.

Há indícios de autoria e materialidade, restando plenamente demonstrado o *fumus comissi delicti* já que os elementos colhidos na fase inquisitorial

apontam que os recorridos subtraíram, mediante grave ameaça, exercida com emprego de arma de fogo, mercadorias transportadas em um caminhão, apresentando a carga roubada vultoso valor, bem como o periculum libertatis, este consubstanciado na conveniência da instrução criminal, na garantia da ordem pública e na garantia da aplicação da lei penal.

A prisão dos recorridos se justifica para que posteriormente possa haver a confirmação do reconhecimento em juízo, servindo também para impedir que continuem em franca escalada delinquencial, gerando insegurança para a sociedade.

Trata-se de crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e pelo concurso de pessoas. As conseqüências que este tipo de delito gera em nossa sociedade são graves, pois leva medo e intranqüilidade a todas as pessoas, que são obrigadas a transitarem sobressaltadas pela cidade, criando instabilidade social.

Clama a sociedade por medidas mais eficazes e adequadas no sentido de conter a criminalidade.

Assim, visando salvaguardar a conveniência da instrução criminal, a ordem pública e a aplicação da lei penal, decreto a prisão preventiva dos recorridos ITAMAR MEIRELES DE OLIVEIRA E ALEX SANDRO DINIZ DIAS.

Meu voto, por conseguinte, é no sentido de dar provimento ao Recurso Ministerial para decretar a prisão preventiva de ITAMAR MEIRELES DE OLIVEIRA E ALEX SANDRO DINIZ DIAS. EXPEÇA-SE O MANDADO DE PRISÃO. [...]

Como já adiantado no exame da liminar, ainda que conste referência à gravidade concreta da conduta, roubo duplamente majorado, o fato ocorreu no dia 1º/9/2016, seguindo-se denúncia em 19/9/2016 e indeferimento do pedido de prisão, datado de 26/1/2017 (fls. 28/30). Interposto o recurso em sentido estrito em 3/2/2017, seu provimento com a ordem de prisão deu-se apenas em 12/3/2019.

Ademais, quanto à reiteração delitiva, conforme registros de fls. 33/39, todas as anotações relativa ao paciente são de 2016 ou anos anteriores. Assim, durante o tempo de mais de dois anos em que permaneceu em liberdade, não se apontou nenhum fato realmente recente para justificar a sua segregação provisória.

Esta Corte Superior entende que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar. Nesse sentido: HC 214921/PA - 6ª T - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 25/3/2015; HC 318702/MG - 5ª T - unânime - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - DJe 13/10/2015.

Deste modo, a falta de contemporaneidade do delito imputado à paciente e a inocorrência de fatos novos a justificar, nesse momento, a

necessidade de segregação, torna a prisão preventiva ilegal, por não atender ao requisito essencial da cautelaridade.

Não se tendo no tema, com a ausência de motivo que indique a necessidade da custódia cautelar, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, deve ser reconhecida a ilegalidade.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente ALEX SANDRO DINIZ DIAS, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

